

Relatório de atividade

Minipúblico: PSA Hídrico no Amazonas

Estratégia para a Construção do Arcabouço Técnico
e Jurídico para a Reposição Hídrica na Amazônia



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



Fundação Amazônia Sustentável (FAS)
Manaus - AM
2022



Rotta Moro
Assessoria jurídica ambiental

**Michiles
& Huerb**
ADVOCACIA AMBIENTAL

delibera

Coca-Cola
Brasil

Secretaria do
Meio Ambiente



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO





Relatório de Atividade

Minipúblico: PSA Hídrico no Amazonas

Estratégia para a Construção do Arcabouço Técnico e Jurídico para a Reposição Hídrica na Amazônia

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Manaus - AM

2022



Rotta Moro
Assessoria jurídica ambiental



**Michiles
& Huerb**
ADVOCACIA AMBIENTAL



Secretaria do
Meio Ambiente



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Superintendência

Superintendente Geral: Virgílio Viana

Superintendente de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades: Valcléia Solidade

Superintendente de Inovação e Desenvolvimento Institucional: Victor Salviati

Superintendente Administrativo-Financeiro: Luiz Villares

Superintendente de Gestão e Planejamento: Michelle Costa

Programa de Conservação dos Serviços Hídricos - Estratégia para a Construção do Arcabouço Técnico e Jurídico para a Reposição Hídrica na Amazônia

Gerente do Programa de Soluções Inovadoras da FAZ: Gabriela Sampaio

Coordenadora de Políticas Públicas da FAZ: Giovana Figueiredo

Analista de Políticas Públicas e Cooperação Internacional da FAZ: Danielly de Araújo

Consultoria jurídica - Rotta e Moro Sociedade de Advogados: Fernanda Rotta

Consultoria jurídica - Rotta e Moro Sociedade de Advogados: Carolina Moro

Consultoria jurídica - Michiles e Huerb Advocacia Ambiental: Marcela Michiles

Co-fundadora do Coletivo Delibera: Fernanda Império

Minipúblico: PSA Hídrico no Amazonas - Estratégia para a Construção do Arcabouço Técnico e Jurídico para a Reposição Hídrica na Amazônia

Facilitação do encontro: Ingrid Silveira

Relatoria: Ingrid Silveira e Marcelle Silveira

Organização, projeto gráfico e ilustrações: Ingrid Silveira - Odara Desenvolvimento Evolutivo

Revisão: Letícia Ávila



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Relatório de atividade : minipúblico : PSA hídrico no Amazonas [livro eletrônico] : estratégia para a construção do arcabouço técnico e jurídico para a reposição hídrica na Amazônia / Fundação Amazônia Sustentável. -- 1. ed. -- Manaus, AM : Fundação Amazônia Sustentável, 2022.
PDF.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89242-79-6

1. Amazônia - Aspectos ambientais 2. Amazônia - Aspectos sociais 3. Amazônia - Condições econômicas 4. Relatórios I. Fundação Amazônia Sustentável.

22-117770

CDD-333.709811

Índices para catálogo sistemático:

1. Amazônia : Desenvolvimento sustentável : Economia ambiental 333.709811

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Sumário

1. Apresentação.....	6
2. Equipe	7
3. Metodologia e Ferramentas	8
4. A Oficina.....	8
5. Oficina – primeiro dia - 23/03/2022	9
6. Oficina – segundo dia - 24/03/2022	26
7. Avaliação da oficina	47
8. Lista de presença	49
A Fundação Amazônia Sustentável (FAS)	51

1. Apresentação

Uma das estratégias que têm obtido resultados mais eficazes no fomento à proteção, restauração e conservação de ecossistemas, sobretudo aqueles que são essenciais para a manutenção das condições que garantem a provisão de serviços ecossistêmicos dos quais depende o bem-estar da sociedade, é a implementação de iniciativas de pagamento por serviços ambientais (PSA). A partir dessas iniciativas, a manutenção de áreas, muitas vezes encarada como prejuízo, torna-se também uma atividade rentável para populações tradicionais e indígenas, que acessam incentivos e benefícios a partir da preservação e conservação ambiental.

O Amazonas é um estado pioneiro em iniciativas de pagamento por serviços ambientais, uma vez que executa o Programa Bolsa Floresta, instituído pela lei estadual Nº 3.135/2007, que tem como objetivo recompensar famílias moradoras ou usuárias de Unidades de Conservação do estado em quase 11 milhões de hectares, cuja adesão envolve a anuência de nove principais critérios, além de 35 compromissos complementares. Atualmente, atende mais de 39 mil pessoas e 9.598 famílias.

Tal lei foi inovadora e respaldou um ambiente jurídico na legislação ambiental estadual, iniciando a estruturação da economia dos serviços e produtos ambientais de origem florestal e o alcance da justiça social com conservação ambiental no estado. Além disso e corroborando com iniciativas bem-sucedidas de PSA, o estado instituiu, em 1º de dezembro de 2015, a lei estadual Nº 4.266/2015, a Política do Estado do Amazonas de Serviços Ambientais, o Sistema de Gestão dos Serviços Ambientais e o Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Serviços Ambientais, que tem como finalidade incentivar a provisão e manutenção de serviços ambientais.

Assim, esta oficina foi realizada para contribuir com o processo participativo da sociedade civil para a regulamentação do Programa de Conservação dos Serviços Hídricos da referida Lei Estadual Nº 4.266/2015, no âmbito do projeto “Estratégia para construção do arcabouço técnico e jurídico para a Reposição Hídrica na Amazônia”, liderado pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e supervisionado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), que servirá de subsídio à lei estadual de 2015. Este projeto tem como objetivo construir consenso técnico-científico e regulamentação legal para a valoração do serviço ambiental “água” em florestas tropicais, fomentando mercados de ativos ambientais e o investimento em conservação e melhoria da qualidade de vida dos povos da floresta.



2. Equipe

As oficinas foram criadas colaborativamente por uma equipe multidisciplinar com representantes das organizações: Fundação Amazônia Sustentável, Rotta Moro Assessoria jurídica ambiental, Michiles e Huerb Advocacia Ambiental, Coletivo Delibera e Odara Desenvolvimento Evolutivo.



Giovana Figueiredo
Coordenadora de Políticas
Públicas da FAS



Danielly de Araújo
Analista de Políticas Públicas e
Cooperação Internacional



Fernanda Rotta
Consultora Jurídica



Carolina Moro
Consultora Jurídica



Marcela Michiles
Consultora Jurídica



Fernanda Império
Coletivo Delibera



Ingrid Silveira
Facilitação da Oficina e
Design de Informações



Elaine Favero
Facilitação da Oficina



Marcelle Silveira
Relatoria

3. Metodologia e Ferramentas

As metodologias utilizadas na oficina tiveram o propósito de facilitar a compreensão do conteúdo, motivar a participação e assegurar que todos tivessem a oportunidade de fazer contribuições. Assim, o fio lógico previu momentos em plenário e momentos em grupos de trabalhos. **Bases metodológicas:** Dinâmicas de Grupos, Visual Thinking e Design Thinking, Comunicação Assertiva e Princípios da Colaboração.



Por tratar-se de uma oficina on-line, foram utilizadas **ferramentas digitais** em todo o processo de apresentação do conteúdo, elucidação e dúvidas, trabalho em grupo e colheita de respostas. As ferramentas utilizadas foram o *Zoom Meeting* para a reunião e breakout-rooms, *Jamboard* para apoio pedagógico a sistematização das informações, *PowerPoint* para explicação do Conteúdo e Metodologia de Facilitação de grupos e o *Mentimeter* para avaliação do evento.

4. A Oficina

Esta oficina foi elaborada para garantir a participação de comunidades tradicionais e indígenas, assim como a equidade de gênero nos processos de apoio à regulamentação e implementação associados ao Plano Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas – PERH/AM e ao referido Programa Estadual de Conservação Recursos Hídricos do Amazonas.

Antes das oficinas, o mini público recrutado teve acesso ao conteúdo da Proposta de Minuta por meio de uma cartilha com conteúdo com linguagem adaptada ao público não jurídico, além da utilização de ilustrações (Visual Thinking) com o intuito de facilitar a compreensão do conteúdo.

5. Oficina - primeiro dia - 23/03/2022

Agenda do dia

- 14:00** - Boas vindas e apresentação da equipe
- 14:15** - Como eu chego? (Interação entre participantes)
- 14:25** - O que eu já sei sobre esse tema? (Metodologia Ativa)
- 14:30** - Apresentações
 - a) PSA Hídrico: Objetivos do projeto e contextualização | Giovana Figueiredo, Coordenadora de Políticas Públicas da FAS
 - b) O que são serviços ecossistêmicos? O que são pagamentos por serviços ambientais (PSA) hídricos? | Marcela Michiles, Consultora Jurídica
- 15:00** - Tira-dúvidas sobre as apresentações.
- 15:25** - Atividade em mini grupos. Participantes divididos em 6 grupos para responder coletivamente as perguntas orientadoras
- 16:55** - Partilha de Resultados em plenária.
- 17:00** - Encerramento



5.1. Abertura

O geólogo Isaías dos Santos, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), realizou a abertura do evento:

“É uma honra estar aqui. A Sema tem muito orgulho de trazer esse assunto para a sociedade, para um questionamento, visto que a Política Estadual de Recursos Hídricos precisa ser implementada, visto a importância das políticas públicas!

Ontem foi o dia mundial da água e eu fiz um questionamento no conselho estadual de recursos hídricos: se eu fosse um igarapé, eu tinha como comemorar o dia da água? Como vamos fazer política com a água? Fazer política é para o seu José, para dona Maria, para as pessoas lá da ponta, para que elas se sintam inseridas numa agenda fundamental como é essa. Por isso, o estado está trabalhando em conjunto com a Fundação Amazônia Sustentável (FAS).

A água não tem um dono, nós somos meros gestores. A água é um patrimônio mundial, é um bem difuso e cabe à sociedade discutir o que é melhor. Esses serviços ambientais vão possibilitar a garantia da Constituição Federal de garantir às futuras gerações. Hoje nós fizemos história, trazendo uma ferramenta importante para as políticas estaduais de recursos hídricos e para as políticas públicas. Espero que esse instrumento de financiamento de programa de conservação de serviços hídricos saia do papel, porque a água é uma só e pertence a todos, a todas as Marias e aos Joãos da sociedade brasileira!”

Após a abertura do evento, foi realizado um momento de “Check In” que consistiu em um dinâmica para gerar conexão, empatia e alinhamento entre os participantes. Divididos em trios, eles se apresentaram uns aos outros e responderam às seguintes perguntas:

- Qual seu sonho para as águas da Amazônia?
- O que você acha que vai acontecer se ninguém fizer nada a respeito?

5.2. Apresentação

Após a abertura, teve início às apresentações técnicas com enfoque didático na elucidação dos conceitos sobre PSA Hídrico.



A primeira apresentação foi feita por Giovana Figueiredo, Coordenadora de Políticas Públicas da FAS, que apresentou a instituição aos participantes, fazendo uma contextualização do projeto.

Giovana Figueiredo: Nessa semana do dia internacional da água tentamos reunir pessoas para discutir sobre a importância dos recursos hídricos da maior bacia

hídrica do mundo.

A Fundação Amazônia Sustentável é uma organização da sociedade civil, fundada em 2008, com a missão de “contribuir para a conservação ambiental da Amazônia através da valorização da floresta em pé e sua biodiversidade e da melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas associada à implementação e disseminação do conhecimento sobre desenvolvimento sustentável”. Nossa sede fica em Manaus e temos projetos ambientais, sociais e econômicos que buscam melhorar a qualidade de vida das pessoas. Até hoje, já foram beneficiadas mais de 41 mil pessoas por meio das nossas ações. São 647 comunidades, localidades e aldeias atendidas.



A FAS lidera e executa esse projeto, que tem supervisão da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas (Sema-AM), apoio financeiro da Coca-Cola e parceria com o Delibera e o Delibera na criação de metodologias de participação social no processo e criação de políticas públicas. Além desse ecossistema, temos também as parceiras que estão no dia-a-dia da implementação do projeto, que são a Fernanda e Carolina da Rotta Moro Assessoria Jurídica Ambiental, braço jurídico da construção desse processo, e a Marcela, da Michiles e Huerb Advocacia Ambiental, que também atua nessa consultoria jurídica desde o começo.

Tem mais de dois anos que estamos trabalhando no projeto, intitulado “Estratégia para Construção do Arcabouço Técnico e Jurídico para Reposição Hídrica na Amazônia”. Ele tem o objetivo de construir um consenso técnico-científico e regulamentação legal para a valoração do serviço ambiental ÁGUA em florestas tropicais, fomentando mercados de ativos ambientais e o investimento em conservação e melhoria da qualidade de vida dos povos da floresta, para subsidiar o “Programa de Conservação dos Serviços Hídricos”, previsto pela lei estadual Nº. 4.266 de 1º de dezembro de 2015.

O esforço é fomentar os mercados de ativos ambientais e investimento em conservação, pois sabemos que dependemos da água para sobreviver e por isso precisamos ter um programa efetivo e representativo para todo o estado do Amazonas.

Etapas do projeto:

1- Valoração econômica sobre a água. Estudo voltado para como atribuir valor à água, que é um recurso hídrico.



Arcabouço técnico sobre reposição hídrica e valoração econômica do ativo ambiental “água”

2- Construção do arcabouço legal: trabalhamos numa proposta de minuta de decreto que depois será trabalhada juntamente com governo do estado.



Arcabouço legal



Participação social e engajamento



Comunicação e sensibilização

3- Participação social e engajamento: para a construção de uma política pública efetiva, precisamos ter participação social. Esse processo de construção coletiva e consulta, que vamos fazer hoje e amanhã, é para escutar o que os cidadãos e cidadãs do estado do Amazonas precisam nos dizer, apresentar suas demandas e pontos de vista para criarmos uma política pública que seja efetiva e eficaz. E é por isso que estamos aqui hoje, trazendo uma metodologia participativa para que vocês contribuam e tragam suas experiências práticas, o que vocês vivem no dia a dia e como esse projeto deve acontecer para impactar positivamente as cidades e localizadas que vocês moram.

4- Comunicação e sensibilização: disseminação de conhecimento que foi produzido para fomentar a educação ambiental. A educação ambiental é fundamental para a conservação da água.

Estamos trabalhando há mais de dois anos nesse projeto. Hoje, a FAS é líder em ações de Participação Social no polo da região Norte no Coletivo Delibera, realizando ações como a deste projeto, que foi construído como a seguir:

- Parceria com o coletivo Decidadania/Delibera para metodologia Mini públicos - Polo Norte (2021);
- Realização de duas reuniões de grupo de conteúdo com especialistas para construir a consulta (2021);
- Realização de duas oficinas participativas (2022);
- Análise das contribuições sociais e inclusão na minuta de decreto (2022) que vai ser trabalhada também junto ao governo do estado;
- Discussão com os colegiados do Estado e entrega da minuta final do decreto (2022).



Vejam o poder que vocês têm na mão de vocês hoje. Por isso, é muito importante que vocês tragam suas contribuições, e nós vamos fazer sempre o possível para trazer esse conteúdo de forma qualificada para dentro dessa minuta.

O meu chamado aqui hoje é: *Vamos construir juntos e juntas essa política pública para os recursos hídricos?* Assim, passamos para o próximo ponto que é entender melhor os Serviços Ecossistêmicos. Esta segunda apresentação foi feita por Marcela Michiles - Consultora Jurídica do projeto.



Marcela Michiles: Serviços Ecossistêmicos são esses benefícios que a natureza gera para nós. É a água, os alimentos que a natureza dá, o nosso peixe, que é a nossa proteína principal. E nós, que também somos parte da natureza, recebemos esses benefícios. Eles servem para nos manter com vida e para a manutenção do meio ambiente. Estes benefícios são importantes para a sociedade e dizem

respeito à manutenção, à recuperação e/ou à melhoria das condições ambientais.

Estamos tentando construir um programa que fala da conservação dos serviços hídricos. E o que a lei fala sobre isso? O conceito da lei diz que: são processos e funções ecológicas relevantes gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoramento das condições ambientais, em benefício do bem-estar de todas as sociedades humanas e do planeta, nas seguintes modalidades (art. 2º, XXVIII da lei estadual nº 4.266/2015). E a lei traz as seguintes modalidades:

SERVIÇOS DE PROVISÃO: quando o ecossistema fornece bens ou produtos ambientais utilizados pelo ser humano para consumo ou comercialização, como por exemplo água doce, alimento, madeira, fibras, bioquímicos, recursos genéticos, combustível.

SERVIÇOS DE REGULAÇÃO: quando o ecossistema ajuda a manter a estabilidade do meio ambiente, como por exemplo, purificação da água, regulação da água, controle de enchentes, controle de erosão, regulação do clima, controle de doenças.

SERVIÇOS CULTURAIS: quando o ecossistema gera benefícios espirituais e religiosos, recreativos e turísticos, estéticos, educacionais, herança cultural, pertencimento.

SERVIÇOS DE SUPORTE: quando o ecossistema ajuda manter a vida no planeta, como, por exemplo, a decomposição de resíduos, a manutenção ou a renovação da fertilidade do solo, a polinização, a dispersão de sementes, o controle de populações de potenciais pragas e de vetores potenciais de doenças humanas, a manutenção da biodiversidade e do patrimônio genético, entre outros.

Vou falar aqui um pouco mais sobre dois serviços que vamos nos relacionar muito:

Serviços Culturais – quando a gente fala de herança cultural e de pertencimento, muitos de vocês aqui são amazonenses, eu sou amazonense, e nós não nos localizamos e identificamos por “sou o Sul no Amazonas, sou no norte do Amazonas”. Nós falamos “Sou do alto Rio Negro, sou do baixo Solimões”. A gente geralmente se identifica pelos rios, então os serviços culturais têm relação com isso, com a nossa cultura. Muitas comunidades tradicionais e originárias têm essa conexão, até mesmo espiritual com o rio, é ali que as crianças se banham, é ali que passam grande parte do dia, é dali que vem o alimento, que vem o peixe.

Serviços de Provisão – É a água doce que nós consumimos, os nossos alimentos que recebem água, são as fibras, bioquímicos, recursos genéticos e combustível. Provisão é tudo aquilo que nos abastece, que provê algo. Por exemplo, como nas imagens a seguir, é a pescaria, é o açaí. É tudo aquilo que depende da água para nos abastecer, viver e se desenvolver.



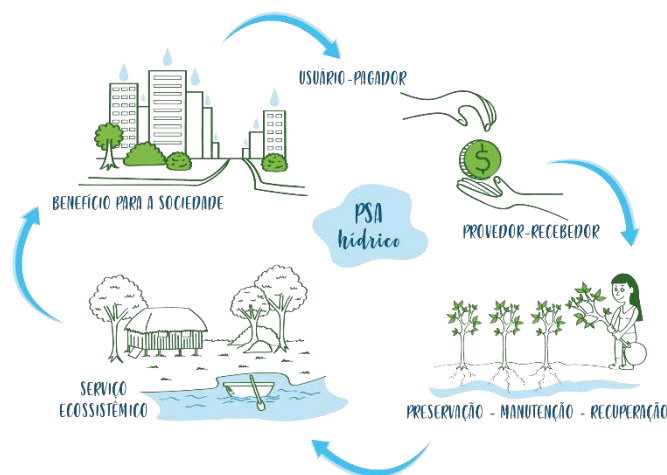
O que são pagamentos por serviços ambientais - PSA?

Instrumentos econômicos, práticas para manter o meio ambiente e pessoas, não é a cobrança por uso da água. Vamos começar pelo **provedor(a)-receptor(a)**, que é um ponto-chave desse processo. É aquela pessoa que vai ter ações que vão culminar na preservação, manutenção e recuperação do meio ambiente. É a pessoa que vai ter um método menos ruim para o meio ambiente, praticando a agricultura familiar ou outra ação que vai cuidar do meio ambiente. Provedor(a)-receptor(a) são as pessoas que vão prover serviços ambientais e receber por isso, por meio de pagamento em dinheiro ou em outros benefícios não monetários.

Serviços Ecosistêmicos - São tudo aquilo que a natureza nos proporciona, tudo aquilo que o meio ambiente desempenha naturalmente, como a água que nos abastece, as árvores da floresta que utilizamos de inúmeras formas, o ar que respiramos e etc.

Usuário(a) pagador(a) – Quem se beneficia de tudo isso? Só quem está lá na ponta, só o agricultor? Não. Todos se beneficiam dos serviços ambientais e sofrem com os problemas. Assim, usuário(a) pagador(a) é quem se beneficia desses serviços. São as pessoas ou empresas que têm interesse em financiar os serviços ambientais, pagando por esse serviço ou oferecendo benefícios não monetários.

➤ O que são pagamentos por serviços ambientais (PSA) hídricos?



O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um instrumento econômico que visa financiar e incentivar ações, práticas e usos da terra que conservam, mantêm ou recuperam o meio ambiente (garantindo ou promovendo os serviços ecossistêmicos), em benefício do bem-estar da sociedade. Exemplo: turismo nas águas - conserva e mantém o meio ambiente, como a pesca esportiva.

O PSA é fundamentado nos princípios do usuário-pagador e provedor-recebedor, pelos quais aqueles que se beneficiam dos serviços ambientais devem retribuir por esses serviços, enquanto aqueles que contribuem para a sua geração e conservação devem ser compensados por proporcioná-los. E tem por finalidade a valorização dos ativos ambientais do estado do Amazonas. É como dizer: “olha o nosso valor? Estamos na maior bacia hidrográfica do mundo!”. Temos que entender que os órgãos ambientais não tem “braço” o suficiente para fiscalizar áreas

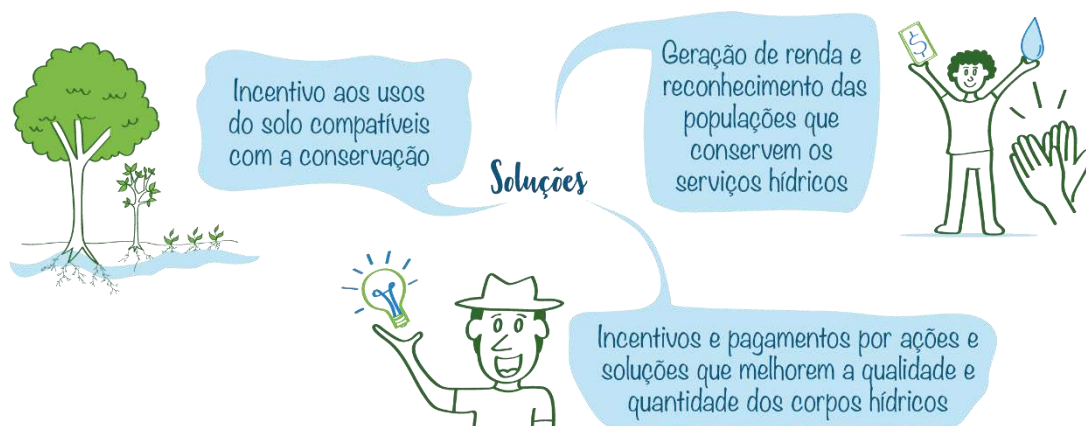
tão extensas, então quem melhor para essa fiscalização do que nós que estamos ali na beira do rio? Dentro de terras indígenas?

E quais são os desafios anexados aos objetivos desse programa?



É preciso entender que na maioria dos lugares, lida-se com a escassez de água e aqui temos água em abundância de água, mas nossas torneiras estão vazias, porque lidamos com a falta de acesso à água de qualidade para o consumo. Por isso, esse projeto é completamente pioneiro.

Quais são as soluções?



O objetivo é geração de renda para quem fornece incentivos ao uso dos recursos, incentivando a agricultura familiar!

E quem são os provedores(as)? Para isso existem critérios e compatibilidade com a proposta:

Quais critérios devem ser adotados para seleção dos provedores?



1 - Compatibilidade com os objetivos específicos dos subprogramas e projetos do PCSH;



2 - Estar inserido na área geográfica de abrangência dos subprogramas e projetos;



3 - Formalização de contrato de pagamentos por serviços ambientais ou termo de adesão específico.

O objetivo aqui não é burocratizar, mas sim formalizar o reconhecimento do vínculo, certificar a compatibilidade e a inserção nos lugares corretos.

O que são salvaguardas socioambientais?

São diretrizes para potencializar os impactos positivos e reduzir os impactos negativos do Pagamento por Serviços Ambientais, especialmente para garantir direitos de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e para o fortalecimento da governança florestal e climática no país, com atenção às questões de participação e transparência.

Exemplo: Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais.

As salvaguardas existem porque precisamos de pontos específicos para garantir efetividade, transparência, direitos para os povos indígenas e comunidade locais e ambientais, para potencializar os impactos positivos e reduzir os impactos negativos no Pagamento por Serviços Ambientais.

Para encerrar, vou compartilhar com vocês esse pensamento da física indiana Vandana Shiva:

“Nós compartilhamos este planeta, nossa casa, com milhões de espécies. Justiça e sustentabilidade: ambos exigem que não usemos mais recursos do que precisamos”.



5.3. Tira-dúvidas

Após as apresentações, a Facilitadora abriu espaço para um momento tira-dúvidas com perguntas dos participantes às apresentadoras e/ou comentários sobre o tema. As principais discussões se apresentam a seguir.

Legenda: Pergunta  Resposta  Comentário 



Tem algum projeto para recuperação dos igarapés?



Estamos aqui para colher as impressões de vocês para montar esses projetos e eu desconheço um projeto específico vindo do estado e da prefeitura. Porém, nós temos o objetivo de ter um projeto para igarapés. A FAS tem algumas ações de limpeza de igarapés na região de Manaus com a colaboração de voluntários, esforço da sociedade civil; não é uma recuperação efetiva, mas sim uma limpeza.



O que vocês já sabem sobre a prestação de serviços hídricos?



Temos visto muita coisa de compensação ambiental, que são serviços que a natureza oferece e que muitas vezes nós não conseguimos enxergar, muitas vezes focando no lucro e não nos benefícios que a natureza traz. Se não cuidarmos da água agora, nossos futuros netos não poderão usufruir dessa água. Outra questão é o uso de agrotóxicos que usam para matar capim - o ser humano tem que zelar pelos seres vivos, cuidar e respeitar o meio ambiente e não se preocupar só com o lucro.



Como o projeto vai incorporar, nas unidades de conservação ou será em áreas que ainda não foram destinadas à recuperação?



A ideia é que essa regulamentação aconteça em todo estado do Amazonas, em áreas urbanas, unidades de conservação, a partir de um mecanismo novo para que o pagamento por serviços ambientais aconteça no estado como um todo. Por isso, tentamos construir aqui um grupo representativo de pessoas de Manaus e de outras cidades para contribuir.



Existe um programa e incentivo de conscientização de limpeza dos igarapés?



É importante falar sobre conscientização ambiental porque é uma questão cultural. Também existe uma lei de educação ambiental, onde diz que a educação ambiental tem que atingir todos os níveis de educação, mas nós não vemos isso acontecer de forma efetiva. A questão é: eu posso estar pagando, mas não posso poluir; é necessário ter essa consciência. Sugestão: uma punição e fiscalização a respeito da poluição do meio ambiente.



Qual será a tecnologia usada para a recuperação das águas, solos?



Estamos trabalhando para estabelecer as bases junto ao Governo do Estado, avaliar quais as ferramentas de fiscalização. O projeto é focado em PSA hídrico, que é o pagamento por serviços ambientais pela conservação da água; então ele é focado em recompensar as pessoas que trabalham na recuperação da água. Não se tem um projeto de tecnologia para essa recuperação e isso é um desafio futuro.



Nosso rio está em uma das maiores bacias do mundo e as pessoas não se preocupam em cuidar. As pessoas que moram em Igarapés se preocupam demais em cobrar do governo, mas também não procuram cuidar de onde vivem. Deveriam fazer a sua parte, como jogar os lixos nos lugares corretos, já que na chuva ocorrem alagamentos e esse lixo vai pra dentro do Igarapé. Precisamos de cuidado, mas começando por nós mesmos, para que venha a se tornar algo maior.

5.4. Atividade em grupos



A metodologia utilizada para a consulta e participação social foi o *World Café*, escolhida por propiciar a construção coletiva e colaborativa de respostas à Minuta de PSA Hídrico. Para isso, os participantes foram divididos em grupos nos quais responderam às perguntas orientadoras. As respostas colhidas nos grupos se apresentam a seguir compiladas em post-its digitais, divididas em três temas, conforme estratégia utilizada na metodologia.

TEMA 1 - Grupos prioritários de provedores recebedores

Pergunta 1: Quais grupos de provedores de serviços hídricos do estado do Amazonas devem ser prioritários na implementação do Programa de Conservação dos Serviços Hídricos (PCSH)?

Povos indígenas e ribeirinhos: há poucos projetos naquelas comunidades

Comunidades tradicionais que são prejudicadas pela poluição que vem da zona urbana

Comunidades ribeirinhas, pessoas que vivem próximas aos rios, comunidades indígenas que dependem da água para seu sustento.

Ribeirinhos que são afetados nas épocas de cheia e de seca, pois perdem plantações e meios de sustento. A pesca é dificultada em épocas de seca, e procuram outros meios de sobreviver.

Todos tem algo a contribuir, por isso todos são prioritários

Todos que provem deveriam participar mas quem tem mais informação deveria ser prioridade, quem vai preservar de verdade

Pessoas mais prejudicadas pelas chuvas. Pessoas que não estão na margem dos rios tem problema de acesso à água de qualidade.

Pessoas que moram próximas às orlas dos rios, mesmo que em meio urbano. Porque não tem acesso a água de qualidade.

O povo ribeirinho é mais afetado, por isso deveriam mudar primeiro lá, para poder partir para cidade, principalmente na época de alagamento

Deveriam ser todos mas a abordagem seria diferente devido realidade diferentes

Evane - Parque das Nações / Ananda - Redenção (Manaus) / Alcione - RDS Mamirauá (Uarini)

Pessoas sem acesso ao saneamento básico

No meio urbana já tem muitos instrumentos, então a prioridade deveriam ser os povos ribeirinhos e indígenas

A futura geração, onde tem crianças em situação de vulnerabilidade e escassez de água.

Ribeirinhos. Eles tem problemas com enchentes, impacto negativo dos homens sobre as águas. Quantidade de barcos tem aumentado muito e acaba com a margem dos rios.

Pessoas sem acesso de infraestrutura básica, povos indígenas, trabalhadores da zona rural

É um dever da comunidade manter a limpeza dos rios, povos indígenas e ribeirinhos, responsáveis pelo manejo dos recursos, agricultores que não utilizam agrotóxicos.

Comunidades tradicionais e ribeirinhos, não têm uma área territorial que são propriedades deles, nos capitais, é dever das comunidades locais preservar o local que vivem, educação ambiental

Ribeirinhos, são pessoas de baixa renda, que mais sofrem com as mudanças climáticas. a população urbana sofre menos com os impactos.

Todos que possam agregar valor devem ser remunerados

Pergunta 2: Quais ações desses provedores devem ser remuneradas por serviços hídricos?

Manejo (controle, evitar derrubar a mata primária que garante a água de qualidade) e preservação. Reserva: exemplo do Bolsa Floresta	Preservação, manutenção e recuperação dos recursos hídricos	Limpeza dos igarapés, porém, deve ter um projeto de lei para conscientização	Ações para minimizar riscos de contaminação
Pesca: água contaminada não impacta só o homem, mas também a vida aquática dos peixes.	Educação, preservação e recuperação ambiental são as prioritárias para remuneração.	Preservação dos frutos e quem consegue fazer geração de renda nas comunidades ribeirinhas	Limpeza de igarapés (que também poderia servir de incentivo)
Monitoramento participativo: a preservação é um papel de todos nós, como um direito.	Agricultura e pesca sustentáveis	Gestão da poluição nos rios e igarapés	Poderia ter uma remuneração por incentivos.
Turismo sustentável	Gestão para limpezas de igarapés	Manejo das águas	

Pergunta 3: Quais compromissos devem ser assumidos pelos provedores para receber o pagamento?

Maior compromisso para com os ribeirinhos	Preservar o meio ambiente, conscientização	Compromisso de monitoramento participativo para começar um projeto e continuar acompanhando.	Minimizar os problemas de poluição e desmatamento
Contrato inteligente como sugestão pra formalização desse compromisso. ambientação: cuidar do território, ter uma manutenção e preservação da floresta	Despoluição dos rios, fiscalização das pessoas para garantir que a conservação está ocorrendo	Manter a floresta de pé; preservação, monitoramento participativo. se não houver, não farão o controle efetivo. terem uma assinatura de compromisso	Educação ambiental - compromisso com uma meta de impactar x pessoas. estabelecer metas de preservação e de manutenção.
Termo de compromisso entre o provedor e o receptor. comprometimento do que vai ser protegido			

TEMA 2 - Grupos prioritários de provedores recebedores

Pergunta 1: Quais são as modalidades de pagamento mais adequadas às ações de conservação e geração de renda?

Individual. Renda - para a mulher ou membro da família - associação - apoio à associação - social - melhoria na qualidade de saúde, as 5 modalidades juntas. Para monitorar o rio, por exemplo. Bolsa Floresta, as mulheres sabem que é para a valorização da floresta.	Similar ao bolsa floresta. Pessoas da comunidade. Para áreas comunitárias infraestrutura.	Pagamento por criptomoedas, meios de valorização dos recurso.	Bolsa é necessária - como forma de incentivo. Quando ser humano tem incentivo fica mais apto a fazer. Financeiro para produzir mais e com qualidade. Para a mulher é importante pois fica mais presente.
rua da mata nativa. Tudo que é ganho a pelo lado ficando agente a mata nativa - aprender - e parte da vida a ganhar os dois lados: tanto para a vida para. Incentivo ambiental. Mas não tem equanimidade que está a floresta para valorizar floresta em biologia e ambiental. Como recicar o lixo, por exemplo de lixo e dar o material.	Agricultores devem se recompensados - pessoas que realizam os trabalhos. Remuneração para investimentos e peixes. Apoio para conseguir outras formas de renda. Dever de preservar.	Como indígena que vive na aldeia. Quem vive na cidade deve fazer rodada de conversa para conscientização para jogar no lixo. O lixo da cidade está matando peixe. Plástico no barriga.	Começar com as escolas municipais e conscientização de crianças sobre manutenção dos Igarapés. Palestras, cursos.
Conscientização de todos para o cuidado com as águas, para garantir a qualidade de vida. Conscientizar a comunidade com um todo. Incluir também os ribeirinhos.	Projeto para levar as comunidades a sério.	Educação ambiental. Pagamento para agentes ambientais comunitários atuarem nas escolas, comunidades. Tem que ter uma relação contínua com o território, não pode ser uma vez só.	Explicar as coletas corretas.
Se for individualmente, não deveria haver repartição monetária. Se for uma ação social, poderia monetária.	Capacitação técnica, equipamentos, fornecer condições para manter a floresta em pé pelas próprias atividades. Na área urbana importante conscientização desde a primeira infância para que as próximas gerações tenham acesso ao meio ambiente.	Em se tratando de populações tradicionais, ribeirinhos, poderia haver pagamentos monetários. Na área urbana, o foco deve ser em conscientização, educação ambiental. Deve ser contínuo, não só uma vez.	Além do incentivo é importante ter divulgação contínua, inclusive para os líderes comunitários.
Poderia haver uma agente para implementar a conscientização ambiental e ser remunerado. Deve haver também um órgão fiscalizador. Não necessariamente monetário, poderiam ser melhorias.	O incentivo não precisa ser só dinheiro, pode ser créditos no transporte coletivo, cesta básica, entre outros.	Os agentes ambientais poderiam ser líderes comunitários, tem que ser alguém que está frequentemente no território.	Tem que ter medidas para tirar os materiais, os lixos do território e não só conscientizar.
É muito importante a capacitação para os comunitários com participação de associação. Cada território tem povos diferentes, tem que ser acompanhado pela associação que está no território. A pessoa que estiver no território tem que ter cuidado.			

Pergunta 2: Em que momento e como os provedores podem ser consultados quanto à repartição justa e equitativa dos benefícios?

Consulta pública com os provedores para que eles digam qual é a necessidade.

Não pode ser individual, os demais devem ser consultados e a comunidade e responsáveis devem entrar em consenso para poder falar o valor ou a forma de repartição.

Remuneração estrutural é importante. Tem maiores possibilidades de fazer um bem para toda a comunidade. Compensação individual não tem o poder de alcance como o coletivo, como escola, saúde, saneamento, descarte de lixo. A educação ambiental é importante como repartição de benefícios. Dar força a isso também é muito relevante.

Remuneração deve ser individual.

Antes dos editais e antes dos projetos estarem prontos. Tem que ouvir eles.

Consultados pela pessoa que desenvolveu o projeto junto com os beneficiários.

Antes do projeto já estar todo pronto e não poder mudar, e a consulta por ser mesmo pela pessoa que desenvolveu o projeto junto com os beneficiários, para andarem juntos e ter melhor andamento.

Projeto de reciclagem e coleta nas cidades, com classificação dos lixos e geração de renda e ajuda o meio ambiente. Reaproveitamento dos lixos. Daram outras formas de renda como reciclagem e auxílio do meio ambiente. Prevenção dos alagamentos das cidades. Capacitação. Se tivesse incentivo para orientação para a reciclagem.

Muito importante conversar com os Provedores antes de iniciar o projeto.

Importante conversar com cada grupo de Provedores para entender quais benefícios estão precisando.

Importante preservar os igarapés antes que os resíduos cheguem nos grandes rios. Incluir o tratamento dos igarapés e conversar com os moradores para saber como.

Estabelecer um representante do Estado para estar mais próximo dos territórios e escutar as demandas dos ribeirinho. Tem que ter alguém para ouvir as demandas antes dos projetos e editais e tudo mais.

Acompanhamento direto da FAS. Para chegar nos territórios tem conversas com a base, fazer acompanhamento contínuo, de base. É muito importante a associação estar presente e ter o diálogo com quem está no território, não apenas com pessoas de fora.

Antes de começar, quando estiver pensando e planejando. É importante ver a realidade de cada espaço e cada lugar, cada território para entender quais são as necessidades dos locais. E fazer desse jeito que foi feito aqui, que escuta a gente mesmo.

TEMA 3 - Salvaguardas Socioambientais

Pergunta 1: Quais salvaguardas de direitos devem ser asseguradas aos provedores de serviços hídricos?

Direitos dos Comunitários	Todos relacionados com a conscientização para preservar a Natureza com cuidado.	De sobrevivência: quem mora no interior quer saber de sobreviver	Os poços são escavados inadequadamente
A depender da região pode ser formulados documentos específicos - por ex, tribos indígenas - documento específico para cada caso.	Suma importância que os provedores participem para garantir seus anseios, pra dar andamento ao Projeto.	Salvaguardas tem que ter - só muda o local, mas a problemática tem que ser a mesma.	Acréscimo para que as pessoas possam utilizar suas ideias - relativas à conservação do meio ambiente. Somos indígenas de descendência. Gente que vem de fora se fazem às nossas culturas. Precisa de valorização do conhecimento local.
Respeito às representações locais e forma tradicional de escolha de seus representantes	Participação plena e eficaz na tomada de decisão, inclusive quanto à definição, negociação e distribuição de benefícios.	Acesso à informação e troca de conhecimento - troca de informação.	Dificuldade de informação, por ex. no Vale do Javari - especificidade diferente de todo o Estado - pensar local - por ex. dificuldade de energia.
Os benefícios do governo geralmente não chegam - tem que saber as necessidades	Importância da proteção dos povos tradicionais; ênfase no interior; demarcação de terras; consequências da invasão de terras indígenas e poluição dos rios.	Reconhecer e respeitar a cultura dos povos indígenas; existem territórios que são historicamente indígenas mas estão em conflito com proprietários de terras; falta respeito à cultura indígena; consciência cultural	Medidas compensatórias para amenizar impactos gerados, de forma que fique evidente às populações envolvidas; as salvaguardas precisam ter relação com efeitos positivos e negativos
Educação infantil; de que forma os educandos estão aprendendo sobre os igarapés; o ambiente; as mudanças nos ambientes que fazem parte da vivência das crianças (especialmente ribeirinhas)	Conscientização e informação clara para a população; mostrar o significado para os jovens; a maior parte das informações para a população hoje vem da mídia (jornal, tv); não se busca a informação para além disso, as informações apresentadas não são tão disseminadas.	Fortalecimento de instituições públicas, dedicadas às populações tradicionais, promover melhorias para essas pessoas; dar apoio às comunidades	Presença de um representante indígena nas iniciativas relacionadas aos benefícios para as comunidades.
Fortalecer lideranças indígenas/tradicionais e instituições relacionadas; o PSA é dedicado às nascentes, que geralmente estão em TIs, UCs; ouvir representantes locais, de bairros etc.	Importância de fazer um planejamento para a proteção hídrica; conscientizar a comunidade; voltar os agentes de saúde na comunidade; liderança participativa que esteja em contato com a comunidade; foco na informação; interação e debate com a comunidade, especialmente áreas prioritárias.	Os indígenas têm o dever de cuidar dos locais onde estão vivendo, já possuem os direitos necessários, podem saber e pescar; os direitos dos ribeirinhos estão em falta e precisam de uma atenção maior, com prioridade.	Se trata de não ferir direitos indígenas, não criar mais direitos; são direitos muito importantes; as áreas protegidas por exemplo são protegidas pelos indígenas mas pessoas de fora querem tomá-las.
Decisões em áreas com populações indígenas devem passar por informação, por direito de fala as pessoas indígenas, e também aos ribeirinhos que são muitas vezes esquecidos. Eles precisam autorizar.			

Pergunta 2: Quais ações são importantes para planejar e colocar em prática o PSA hídrico para proteger e garantir direitos, autonomia e obtenção de consentimento prévio livre e informado?

Teria que fazer uma pesquisa nas comunidades. Fazer levantamento de dados, verificar qual a necessidade do local. Só eles podem falar o que realmente precisam. Não pode ser do Estado inteiro. Tem muitas perdas na época de cheia e seca.	Ver em cada local qual seria o benefício adequado. Visita a campo. Tem que ter acompanhamento após o benefício, pra saber o que é necessário.	Fazer visita para saber qual a vivência de cada local. Ribeirinhos sofrem realmente na época da cheia. Casa toda alagada, as embarcações destroem coisas e objetos.	Falar com o povo, só assim garantiria o benefício de verdade.
Consulta prévia com todos os comunitários, por ex. via assembleia. Pois mesmo sendo chefe de Associação, só se sabe os anseios de cada um através da escuta da fala - RDS Juma.	Escuta para saber qual a necessidade de cada um. Salvaguarda adaptada.	Por forma de votos, plebiscitos, consultas públicas - meios de formulação de contratos com aquelas comunidades para assegurar seus direitos.	Esse tipo de moderação que a gente conversa, entende e dá a nossa opinião. Só que em cada lugar é presencial para ver a realidade.
Conversar com as comunidades para ver quais são suas necessidades, para saber o que atende à todos.	Só chega na aldeia se o Cacique deixar e pra chegar nos olhos d'água - Aldeia Raízes da Ayauasca	Alto Rio Salimões - Santo Antônio do Içá - todas as aldeias precisam de água potável - precisam de visita a campo - há dificuldade pois não tem sequer energia elétrica	Poucas aldeias têm motor de luz - noite para garantir a aula
Ações antecedentes à obtenção de água, como por ex energia elétrica	Criação de ouvidoria para ter interação com o público; assembleias para debater, colocar em pauta	Promover o entendimento melhor dos conceitos; o meio-ambiente de forma mais abrangente (não só árvores, rios, uma ideia mas clara para conscientizar); meio-ambiente como comunidade, onde se vive;	Demarcação de terras e mais terras preservadas; povos tradicionais vivem de forma mais próxima à floresta; a afeição com a natureza; valorização dos conhecimentos tradicionais
Reunir comunidades e coordenadores de setores para melhorar a conscientização; explicar a ação;	Cartilhas, escolas, conversa e diálogo; disseminar o conhecimento entre os envolvidos; criar um plano de comunicação com linguagem didática; para todos entenderem, o Estado não ser autoritário; consultas simples e didáticas	Informações claras, agentes de saúde nas comunidades; atribuir um selo/reconhecimento a quem participa; reciclagem em todo lugar;	Consulta pública; foco em comunidades que mais preservam os recursos hídricos (indígenas, ribeirinhos), que devem ser ouvidos pelos órgãos competentes; pessoas que convivem nos locais e que têm conhecimento técnico.
Para proteger o território é preciso conhecer esse território, a história dele, de como ele foi construído, o valor que tem lá.	Ações em sala de aula, ensinar o respeito ao povo indígena e sua tradição.	Deve haver um documento (protocolo comunitário) que guie as pessoas que farão os trabalhos; o que pode ou não ser feito.	

5.5. Partilha sobre os diálogos nos grupos

Após o *World Café*, o grupo retornou à sala principal para compartilhar impressões sobre os diálogos. As falas de destaque foram:

“Ótima interação, momento de aprendizado”.

“A filosofia é uma busca de vários tipos de ética e o meio ambiente é uma delas”.

“Parabenizar os idealizadores por terem esse projeto, essa iniciativa da preservação da mãe natureza, que é tudo aquilo que a gente luta, como levar água saudável para as populações. Nós só vamos ter um mundo melhor quando houver consciência da importância da preservação natureza para ter um futuro. Isso não é só para os indígenas, quilombolas e ribeirinhos; é para todos. Porque sem a mãe natureza não existe vida e nós não somos eternos”.

“A FAS chega onde o governo não chega, com trabalho de verdade para quem mais precisa”.

“Debatemos a importância da consciência de conservação da natureza”

“Todo aquele lixo vem da cidade. Deveria haver conscientização nas cidades também, pois é um consumismo muito grande, plástico, vidro; tudo isso machuca e mata a mãe natureza e nos mata também!”.

“Precisamos muito de formação para entender e ajudar cada vez mais e melhor”.

5.6. Encerramento

Ao final, Giovana Figueiredo agradeceu a presença de todos e todas, apresentou a agenda do dia seguinte e encerrou o evento com uma reflexão:

“Estou muito feliz por ver pessoas de diversos lugares, dando conta de diversos desafios. É uma iniciativa muito importante para nós, que cuidamos da mãe natureza! E é sempre bom lembrar que: a natureza não precisa das pessoas, as pessoas precisam da natureza!”

6. Oficina - segundo dia - 24/03/2022

Agenda do dia

- 14:00 - Boas vindas
- 14:10 - Como eu chego? (Interação entre participantes)
- 14:20 - Recapitulação do dia anterior e introdução ao próximo tema (Metodologia Ativa)
- 14:25 - Apresentação:
Como viabilizar um PSA hídrico no Amazonas? Quais benefícios são destinados aos Provedores Recebedores de serviços hídricos? O que está na lei e o que estamos propondo? | Fernanda Rotta e Carolina Moro - Consultoras Jurídicas
- 14:55 - Tira-dúvidas sobre as apresentações.
- 15:15 - Atividade em mini grupos. Participantes divididos em 6 grupos para responder coletivamente as perguntas orientadoras
- 16:45 - Partilha de Resultados em plenária.
- 17:00 - Agradecimento e encerramento



6.1. Abertura

O segundo dia de evento teve início com uma atividade de “Check In”, na qual a Facilitação lançou uma pergunta ao grupo: **“Qual ativista de proteção ambiental mais te representa hoje e por quê?”**

Divididos em grupos, os participantes responderam a essa reflexão em mais um momento de conexão.

O próximo passo foi recapitulação do dia anterior, na qual os principais destaques foram:

“Ontem foi bem legal, tiveram várias ideias e opiniões interessantes, deu para entender os objetivos da FAS com essa oficina sobre o assunto abordado”.

“Adquirimos conhecimento, pois se trata da nossa vida futura - se não cuidarmos hoje, não teremos um futuro, contribuição de todos e um bom entendimento. Muito importante os projetos de cuidado com a preservação do meio ambiente e da água. Foi necessária essa oficina, levando conhecimento para as pessoas, vai ser levada uma bagagem muito boa!”

6.2. Apresentação

Após a abertura, teve início a apresentação técnica com enfoque didático na compreensão dos critérios e itens da proposta.



A apresentação foi feita de forma conjunta por Fernanda Rotta e Carolina Moro, da Rotta Moro Assessoria jurídica ambiental, que apresentaram as formas de se viabilizar um PSA hídrico no Amazonas, os benefícios aos Provedores Recebedores de serviços hídricos, e também o que já está na lei e o que essa minuta está propondo.

Fernanda e Carolina: Boa tarde a todos e todas, gostaríamos de agradecer pelo dia de ontem, foi muito enriquecedor, aprendemos muito com vocês. Nós temos um escritório especializado na área ambiental, somos de São Paulo, trabalhamos com a FAS e a Sema há dois anos cuidando da parte ambiental e da legislação relacionada às florestas e as águas.

Estamos na consultoria jurídica deste projeto, debatendo com os atores do estado e esse projeto vai ser complementado com os desejos e sonhos de vocês.

Nessa apresentação nós vamos rever conceitos já explorados ontem e trazer novos temas, porque a ideia é que esses conceitos fiquem bem sólidos na cabeça de vocês.

Vamos construir um programa dentro dessa lei, a lei de Serviços Ambientais do Estado tem várias abordagens. Uma delas é a água, mas temos também as Unidades de Conservação, o carbono, a biodiversidade. A lei trata de vários temas, mas aqui vamos nos ater ao nosso tema que é a água. Tendo em vista a grandiosidade do estado do Amazonas, vamos dividir nosso conteúdo em: 1) Como viabilizar um PSA Hídrico no Amazonas; 2) O que está previsto na lei de PSA e; 3) Qual a proposta para o programa de Conservação de Serviços Hídricos.

Quais são os objetivos da norma?

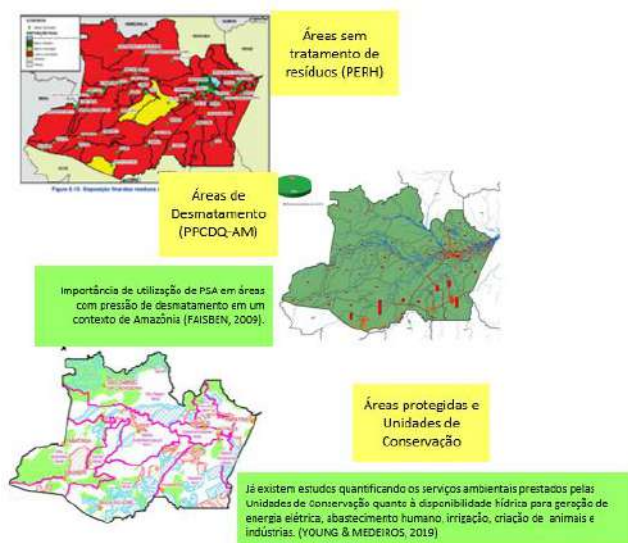
Manter a quantidade de água porque estamos falando da maior bacia hidrográfica do mundo. Temos que pensar em como preservar e recuperar a qualidade da água, criar um sentimento de consciência pois existem vários agentes de serviços ambientais pelo estado, que ajudam na questão da água e que deveriam ser beneficiados por isso.

Outro desafio é **prevenir os eventos extremos**. Estamos passando por diversas mudanças climáticas e todos estão sentindo e percebendo no dia-a-dia os impactos de secas, enchentes, de calor e frio. Tudo que a gente faz no solo tem um impacto. Sempre que tem um desmatamento em floresta, tem emissão de carbono e uma desregulação climática; por isso é tão importante a gente cuidar.

Garantir o abastecimento de água em quantidade e qualidade: é importante termos uma água boa para beber.

Conservar os habitats e as espécies aquáticas para continuar tendo essa biodiversidade da fauna vinda das águas para todos e todas.

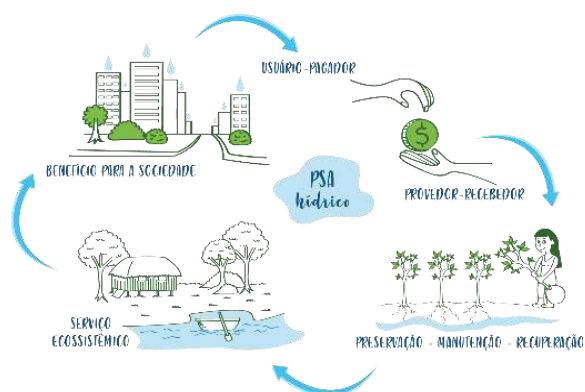
Para onde nós olhamos para começar a escrever esse documento? Toda a área que está em vermelho no primeiro mapa não possui tratamento de resíduos. Já o segundo mapa aponta áreas com focos de desmatamento (pontos vermelhos), sendo que os maiores índices estão ao sul do estado e próximo a região metropolitana de Manaus. Além disso, olhamos para as Unidades de Conservação, aqui representadas no terceiro mapa. Diante disso, a pergunta é: **Como fazer para resolver essas questões?**



Uma das possibilidades é incentivar e usar esse instrumento, que é o Pagamento de Serviços Ambientais, para fazer programas que possam complementar as ações que já existem no poder público. Como as pessoas e empresas podem ajudar? Por meio do incentivo ao uso sustentável e responsável de solos, incentivando soluções que melhorem as condições de quem vive da terra, possibilitando a geração de renda e reconhecendo quem está de fato na floresta conservando os recursos hídricos que nós temos no estado. A ideia é complementar as ações que o estado fez. Não se pode fiscalizar, mas apoiar a fiscalização, por exemplo. Precisamos de ações como o PSA para incentivar quem está nesse território a começar a fazer essas ações, reconhecer e compensar quem já está fazendo, para que essas pessoas continuem essas ações de conservação, porque para essas pessoas ajudarem a conservar elas também precisam ter uma renda, uma vida digna.

Como o PSA atua?

➤ O que são pagamentos por serviços ambientais (PSA) hídricos?



Vamos lembrar essa ilustração trazida ontem para reforçar que o processo é circular.

Temos três tipos de ações que são importantes: preservar ou conservar essa floresta tão rica, manter o que já temos e recuperar por meio de atividades de restauração e ações sustentáveis. Os provedores-recebedores estão preservando um serviço ecossistêmico, que é o serviço que a própria natureza faz.

As pessoas que preservam, deixam e ajudam a natureza a fazer o seu serviço de gerar recursos naturais. Essas pessoas vão ser pagas em dinheiro ou ações de infraestrutura ou capacitação. E quem se beneficia pode voluntariamente pagar por esses serviços, uma vez que esse é um benefício para todos, não só

para quem está no estado do Amazonas. É um benefício para o Brasil e para o planeta. **O que é previsto na LSA?**

A Lei de Serviços Ambientais existe desde 2015 no Amazonas; ela já vem sendo discutida em vários colegiados como CEMAAM, algumas câmaras técnicas e existem alguns temas que já estão regulamentados, já estão previstos como: quem são os financiadores, provedores, recebedores, salvaguardas, entre outros.



A lei cria o Sistema de Gestão de Pagamentos de Serviços Ambientais. Temos o conceito de Serviços Hídricos, que são necessários para a manutenção qualidade hídrica por meio da regulamentação do fluxo da água, do controle da deposição de sedimentos, da quantidade de nutrientes, da deposição de substâncias químicas, conservação de habitats de espécies aquáticas e processos de função ecológica relacionadas com abastecimento e a manutenção da quantidade da água assegurando toda a oferta de uso direto e indireto.

O conceito do Programa de Conservação dos Serviços Hídricos também é trazido pela legislação, visando o incentivo e pagamento pelas ações e projetos que promovam a conservação dos ativos hídricos do estado, proteja mananciais, área florestada geradora de recursos hídricos e também a redução da emissão de poluentes.

Quem deve financiar o PCSH? A lei prevê uma série de possibilidades de financiamentos que podem ser realizados pelo governo do estado, financiadores nacionais e internacionais de origem pública ou privada, por empréstimo, reembolsado ou não.

Qual a governança, pessoas, órgãos que fazem parte disso?

- ➡ **Órgão Gestor da Política Ambiental Estadual:** É o agente de coordenação e supervisão dos instrumentos de gestão; Atualmente a função é desempenhada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA);
- ➡ **CEMAAM:** É o agente normativo, deliberativo e de monitoramento. Poderá contar com apoio de suas Câmaras Técnicas.
- ➡ **Comitê Científico e Metodológico (CCM):** É o agente de aconselhamento técnico-científico.
- ➡ **Agentes de serviço ambiental:** São pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, tais como entidades de governo, organizações da sociedade civil, empresas privadas, povos e comunidades tradicionais, instituições de pesquisa, fundos de investimento (dentre outros) que provêm, utilizam, executam e/ou financiam os produtos e serviços ambientais.
- ➡ **Agentes executores:** São pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, tais como entidades de governo, organizações da sociedade civil, empresas privadas, povos e comunidades tradicionais, instituições de pesquisa, que forem habilitadas pelo Órgão Gestor da Política Ambiental Estadual para apoiar nas atividades do PCSH.

A participação da sociedade civil, de forma direta ou por meio de comitês ou colegiados, é muito importante para o bom funcionamento da LSA. Todos podem fazer parte, recebendo ou não para que esse projeto vá para frente.

O provedor: é aquele que desenvolve e promove serviços ambientais. São as pessoas que garantem que a água estará ali para as próximas gerações. Existem pessoas que já fazem isso e dentro do programa, devemos selecionar quem já faz isso, reconhecer e garantir que eles continuem fazendo essas ações e que possam receber por isso. Tanto pessoas físicas como grupos e comunidades que recebam benefícios (monetários ou não) pelo serviço prestado.

Salvaguardas socioambientais: as salvaguardas existem para garantir que esse programa traga impactos positivos para a comunidade, não gerando nenhum risco ou prejuízo, ou seja, que esse programa não traga mais mal que benefícios. A legislação do estado do Amazonas já traz várias salvaguardas para que não ocorra esse cenário de prejuízo. São elas:

- Questões como consentimentos das pessoas que vão estar nesses programas;
- Respeitar as representações e lideranças locais e comunitárias;
- Garantir uma participação plena e eficaz, para que todos que estiverem participando acessem as informações necessárias para essa participação;
- Que seja culturalmente adequada. O Amazonas é um estado de muita riqueza, muita cultura e isso precisa estar assegurado;
- Garantir o direito à terra e aos recursos naturais;
- Ter uma repartição de benefícios, ter segurança de vida e bem estar, que todos participem desse processo;
- Valorizar a conservação da biodiversidade;
- Respeitar a diversidade cultural;
- Promover a emancipação das mulheres;
- Garantir que as ações e os projetos não impliquem em prejuízo aos provedores recebedores, como já foi dito.

Caso na dinâmica de grupos vocês identifiquem outras contribuições que não estão previstas nessa legislação, queremos que vocês sinalizem para que a gente tente incorporar nessa minuta que está sendo construída.

Qual a proposta para o PCSH?



Estamos construindo essa proposta junto com vocês. Para isso vamos trabalhar os eixos de ação, regiões e áreas prioritárias, critérios de valoração do PSA hídrico, modalidades de repartição de benefícios.

Eixos de ação: inicialmente foram pensados cinco eixos de ação: o manejo sustentável da biodiversidade aquática, produção de água, qualidade de água, rios voadores, turismo das águas em áreas protegidas. Mas esse é o espaço para vocês indicarem possíveis novos eixos.

Visa fomentar a geração de renda, **manejo e uso sustentável da biodiversidade aquática**, tais como pirarucu, jacaré, quelônios, tendo dentre seus objetivos a valorização das atividades de vigilância, controle e **monitoramento participativo comunitário dos ecossistemas** hídricos, e o aprimoramento das práticas sustentáveis, incluindo ainda, atividades de conservação ou preservação em áreas de exclusão de pesca, de acordo com o zoneamento, no perímetro protegido e suas adjacências.

Visa promover a conservação dos serviços hídricos mediante a conservação, recuperação, melhoria e manejo sustentável da vegetação nativa no estado do Amazonas em matas ciliares, no entorno de lagos, cursos d'água, nascentes, igarapés, olhos d'água, mananciais, regiões hidrográficas, bacias de rios, áreas de recarga de aquíferos, em particular as áreas utilizadas para uso múltiplo, bem como outras áreas relevantes para produção e conservação de serviços hídricos.



Visa promover ações de manutenção, recuperação e melhoria dos serviços hídricos mediante adoção de práticas conservacionistas de ecossistemas e soluções baseadas na natureza quanto à qualidade e disponibilidade de serviços hídricos, em particular para gestão de resíduos sólidos e efluentes e acesso à água potável, além de prevenção de emissão de poluentes em áreas relevantes para produção e conservação de serviços hídricos, tanto em áreas rurais quanto urbanas.

Visa promover a conservação dos serviços hídricos de evapotranspiração quanto ao ciclo das águas prestados mediante conservação, recuperação,



melhoria e manejo sustentável de florestas produtoras de serviços hídricos, em particular em áreas de significativa extensão de cobertura florestal.



Visa promover a conservação dos serviços hídricos e fomentar a geração de renda mediante a adoção de práticas conservacionistas de turismo, tais como àquelas de interação e observação de baixo impacto com a biodiversidade aquática, incluindo o boto-vermelho, peixe-boi, tucuxi, ariranha, lontra; visitação de paisagens aquáticas de grande beleza cênica; atividades de lazer em ecossistemas aquáticos; pesca esportiva, em particular o de base comunitária e o de baixo impacto ambiental.

Pensando no grande desafio territorial do estado, nós fizemos algumas propostas de áreas interessantes para esse programa chegar primeiro. São áreas prioritárias pelas características de produção de água, como mananciais e igarapés ou mesmo por já estarem protegidas em Unidades de Conservação e são áreas relevantes para o estado, conforme o exemplo abaixo:

	Áreas de matas ciliares no entorno de lagos, lagoas, cursos d'água, nascentes, igarapés, olhos d'água, áreas de mananciais, bacias e regiões hidrográficas, áreas de recarga de aquíferos, áreas de várzea, áreas relevantes para conservação de águas subterrâneas; áreas de uso múltiplo, de abastecimento e de geração de energia elétrica; e áreas de exclusão de pesca, incluídas ou não em acordos de pesca;
	Áreas situadas no interior ou no entorno de Unidades de Conservação, de Mosaicos de Unidades de Conservação, de corredores ecológicos, Sítios Ramsar Jurua e Rio Negro e outros que vierem a ser declarados no Estado do Amazonas, remanescentes de vegetação nativa e áreas sujeitas à restauração ecossistêmica, a recuperação da cobertura vegetal nativa ou a plantio agroflorestal; outros mecanismos espaciais eficazes de conservação; paisagens de grande beleza cênica para fins turístico e Rios Cênicos;
	Áreas ocupadas por PIQCTAF, bem como em outras áreas com práticas conservacionistas de Agentes de Serviços Ambientais não citados anteriormente;
	Municípios, regiões e áreas geográficas definidas como prioritárias pelos Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Amazonas, Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Amazonas, pela Política Estadual de Serviços Ambientais, pelos planos de bacia e regiões hidrográficas e outros.

A partir do Plano Estadual de Recursos Hídricos, elencamos na proposta regiões prioritárias (tabela ao lado) levando em consideração as áreas com menos saneamento e coleta de resíduos, as regiões com maior índice de desmatamento e regiões de grande importância para as águas,

além dos igarapés na região metropolitana de Manaus. O programa não ficará restrito a essas áreas, mas será iniciado por elas.

Outra questão muito importante é definir qual o valor que temos que dar para uma pessoa para que ela continue motivada a ajudar nos serviços ambientais, por exemplo, ajudando a manter as florestas, a preservar a água e limpar os igarapés. Como chegamos em um número, em uma ação para conseguir chegar nessa preservação?

A proposta que o programa está trazendo é que a gente tenha um valor, mas que as classes de critérios ajudem aquele grupo de pessoas que mais precisam desse valor a chegar numa maior remuneração.

Apresentamos critérios que estarão relacionados às áreas prioritárias como os igarapés e unidades de conservação, mas também alguns critérios sociais, ambientais e de vulnerabilidade.

Região Sul do Estado	Região Metropolitana de Manaus
- Boca do Acre - Lábrea - Apuí - Humaitá - Manicoré - Novo Aripuanã - Canutama	- Manaus - Careiro da Várzea - Irlanduba - Itacoatiara - Manacapuru - Novo Airão - Presidente Figueiredo - Rio Preto da Eva

Áreas Prioritárias	Critérios Sociais	Ganhos Socioambientais	Grupos Vulneráveis
Ex.: igarapés, nascentes, UCs, áreas ocupadas por PIQPCTAF, etc.	Ex.: morar em territórios tradicionais, manter filhos na escola, PIQPCTAF, frequentar oficina de formação, etc.	Ex.: restaurar área degradada, promover a coleta e reciclagem de resíduos, promover geração de renda, etc.	Ex.: mulheres, jovens, idosos, LGBTQIA+, etc.

Requisitos atendidos	Valor recebido pelo projeto
Das 4 classes (I, II, III e IV)	100% do Valor Base
De três classes	70% do Valor Base
De duas classes	50% do Valor Base
De uma classe	30% do Valor Base

A ideia é que exista um valor base e conforme o provedor-recebedor for atingindo esses critérios, ele alcançará uma maior porcentagem desse benefício que seria recebido. E por fim, pode haver uma bonificação de 20% desse valor para aquelas pessoas que de alguma forma fazem isso voluntariamente ou se envolvem

na vigilância ou monitoramento diretamente. Para nós, é importante saber se faz sentido para vocês essa progressão de valores de 30%, 50%, 70% e 100% ou se deveria ser feito de outra maneira.

E para finalizar, gostaríamos de dizer que estamos aqui construindo juntos. É importante dizer que esse projeto é um processo que foi construído por muitas mãos e que agora está sendo somado pela participação de vocês.

6.3. Tira-dúvidas

Após as apresentações, a Facilitadora abriu espaço para um momento tira-dúvidas com perguntas dos participantes às apresentadoras e/ou comentários sobre o tema. As principais discussões se apresentam a seguir.

Legenda: Pergunta  Resposta  Comentário 



Temos um grupo de agentes ambientais e temos a necessidade de maior suporte para que os agentes ambientais realizem o monitoramento. O projeto poderia contribuir?



Isso foi algo que no processo de construção da regulamentação nós ouvimos de outros atores. Por isso, buscamos refletir essa demanda no programa, para que o monitoramento seja feito pelos próprios agentes ambientais e que, dentro disso, sejam desenvolvidos processos de monitoramento participativo, tendo apoio da ciência cidadã e de universidades. A ideia é que o programa se estruture para ajudar sim nesse monitoramento.



Minha dúvida é sobre os agentes ambientais. Como eles serão escolhidos?



Ainda não está previsto no programa. Provavelmente vai ser feito no momento da chamada. Mas é algo que pode ser pensado junto aqui nessa oficina, já que o critério de escolha é algo que ainda não foi regulamentado.

A minuta busca trazer as duas possibilidades, tanto ter um chamamento do próprio estado ou que a Secretaria incentive esse tipo de ação, mas também reconhecer as ações de quem já está fazendo e chegar com uma proposta de financiamento e até solicitar o apoio do estado para que esses projetos continuem.



As salvaguardas socioambientais são regidas por lei?



As salvaguardas listadas já estão no decreto. Já está na lei (LSA). Temos normas internacionais e outras normas superiores que trazem essas salvaguardas. A ideia de trabalho hoje é analisar se tem mais alguma salvaguarda, que tenha relação com esse programa, que não tenha sido colocada aqui nessa proposta. Queremos que vocês sinalizem para que a gente leve para a minuta do decreto também. Podemos trazer novas salvaguardas porque são direitos que não podemos limitar. É uma ampliação de direitos.



Tem critério de idade?

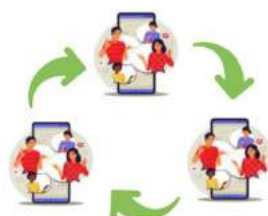


Não tem critério de idade, mas sim de grupos. Temos que reconhecer que alguns grupos são mais vulneráveis do que outros, como as mulheres, os idosos, os LGBTQIA+, porque essa vulnerabilidade vem de um processo histórico que deixa esses grupos lá atrás.



Quero trazer uma reflexão sobre as áreas urbanas porque isso foi muito falado ontem nos grupos. Temos que repensar em ter um divisor em relação às áreas preservadas e as áreas já impactadas, que são as áreas urbanas. O projeto deveria ter esse olhar diferenciado para ações nas duas áreas.

6.4. Atividade em grupos



Novamente os participantes foram divididos em grupos para a metodologia de World Café, dialogando sobre novos temas que se apresentam a seguir:

TEMA 1 – Eixos de ação

Pergunta 1: Quais eixos de ação devem ser priorizados no PSA Hídrico do estado do Amazonas?

Recuperação de nascentes e igarapés, acesso a conhecimento e informação para manter a quantidade e qualidade da água.

Tráfego de embarcações nos rios, gestão de resíduos sólidos nos rios.

Turismo deve ter diretrizes para conservação das águas.

Qualidade da água, pois já abrange os outros eixos, para que todos pudessem ter uma melhor qualidade da água. Deveria começar na área rural.

Exemplo de Alter do Chão (Pará): pontos turísticos do Amazonas (ponta negra), Parintins (reserva).

Despoluição do Torumã-Açu: áreas protegidas e turismo, praias turísticas, Presidente Figueiredo; qualidade da água, muitos resíduos saem de Manaus para o Rio.

Nos outros municípios, quando não há água potável, acabam tomando água do rio. Saúde coletiva das comunidades. Falta de saneamento básico.

Qualidade da água deve ser priorizada, manejo da biodiversidade em áreas que apresentam risco;

Priorização do turismo em áreas protegidas pois traz recursos e boa impressão também para o Estado.

Manejo da biodiversidade, pois as vezes perdemos controle; em cada região há uma prioridade diferente.

Turismo nas áreas protegidas, traz uma renda para o Estado que é demonstrado para outros países, valorizando as belezas do Estado.

Educação ambiental e sustentável para os mais jovens é o mais importante de tudo, pois é capaz de mudar a cultura para as novas gerações;

Priorização do manejo das áreas.

Proteção e gestão da poluição da nascente dos igarapés.

Projetos de coleta nos igarapés - projetos de conscientização nas comunidades.

Projetos de materiais não descartáveis e pilhas para ajudar na limpeza dos rios e da própria comunidade.

Manejo sustentável e responsável das águas, do solo e da biodiversidade. Tem que ser tudo isso para dar certo.

O turismo precisa ser sustentável.

Qualidade da água seria prioridade pois é o que mais nos afeta.

Manejo da biodiversidade por ser parte da economia local e alimento dos comunitários.

Turismo não precisa ser necessariamente em áreas protegidas.

Manejo da biodiversidade também em Igarapés. Qualidade da água é importante para realizar a questão do manejo.

Após estabelecimento da qualidade da água, tudo anda em conjunto.



Pergunta 2: O PCSH poderá ter algum impacto negativo nos provedores recebedores?

Se não houver uma organização e comunicação com o líder e a comunidade, pode ter um impacto negativo. deve haver um acompanhamento frequente com os atores nos territórios.	Pessoas precisam estar abertas a inovação, novas ideias. Precisam compreender os ganhos do programa.	Pessoas vão ficar mais incentivadas para participar mais da conservação dos elementos que trazem recursos; o principal deve ser a preocupação com a sustentabilidade.	Precisa ter uma clareza do líder comunitário para a comunidade, uma vez que haverá remuneração. Não deve ser motivado apenas pelo recurso financeiro. Expandir para escolas.
Pode haver dificuldade com a comunicação entre os comunitários, desorganização pode atrapalhar o projeto nos territórios. Pode haver conflito.	Precisa ter organização e consulta prévia, ter muita clareza no programa, principalmente com relação aos líderes; Pode causar interesse no recurso financeiro.	Deve ter uma conversa de alinhamento para que não tenha conflito de interesse com as lideranças e comunitárias	Pode haver conflito de interesses nas comunidades.
Falta de consulta prévia pode causar um conflito com os agentes.	Falta de estrutura das comunidades - falta de organização	Não haver assistência para todos, devido ao tamanho do programa, o número de atividades e tamanho do estado. Talvez não seja possível atingir tudo, por isso importante priorizar.	Para vacinação, agentes precisavam pedir autorização para as facções para entrar nos territórios. Isso mostra a importância da segurança.
N. Sra. de Fátima 1, falta de segurança para os agentes comunitários;	Nas comunidades rurais, há grande incidência de drogas. Precisa haver uma grande explicação para os comunitários pois existem áreas de muito risco devido às drogas.	Reunir e alinhar com as comunidades é muito importante e também com madeireiros, extrativistas.	Se houver uma boa organização não terá desestrutura da comunidade.
A falta de uma fiscalização constante seria um impacto negativo.	A falta de consulta prévia podem fazer pessoas de má fé receber benefícios no lugar de pessoas que estão realmente precisando.	O impacto negativo sem consulta prévia pode fazer com o que o programa atinja pessoas que não tem a necessidade e pessoas que tem necessidade não recebe.	Falta de fiscalização pode não gerar resultado.
A falta de comunicação e divulgação pode não atingir os participantes e pode não alcançar o público direcionado.	O líder comunitário é essencial para manter a organização na comunidade.		

Pergunta 3: Quais critérios devem ser adotados para seleção dos provedores recebedores no PSA Hídrico?

Número de membros da família, estrutura familiar (ex. mãe solteira), renda mensal. Tamanho do imóvel não deve ser considerado.	Priorizar mulheres (independente de raça, cor ou crença), famílias de baixa renda, se for beneficiar homens, considerar pais de família.	Priorizar os jovens, que vão sentir mais os impactos da poluição, e é também uma forma de mantê-los ativos e envolvidos, aprendendo com a conservação dos recursos hídricos.	Renda mensal, comunidade LGBTQIA+, pessoas que tem especialidade no foco do projeto para elevar o nível do trabalho.
Idade: considerar jovens como "menor aprendiz" para incentivar um trabalho para a vida adulta.	Seguir o cronograma do bolsa família. Mulher tem mais cuidado com meio ambiente. Mães solteiras.	Independente de idade, sexo, renda, deve ser alguém interessado em contribuir com o programa.	Renda familiar, quem já trabalha nos projetos, na cidade, é mais difícil de encontrar esse trabalho.
Renda mensal, localidade (pessoas que moram em áreas de maior desmatamento, áreas de risco), grau de vulnerabilidade.	Grau de vulnerabilidade, renda familiar, disponibilidade das pessoas para exercer os trabalhos.	Exemplo do auxílio emergencial que ajudou muitas pessoas, para pessoas que não podem trabalhar, pessoas com maior vulnerabilidade.	Renda mensal e estrutura familiar, tamanho do imóvel rural, vai receber por uma família mas trabalhar com outras famílias.
Está ajudando outras pessoas, deve ser uma pessoa dinâmica e alegre. Mulheres devem ocupar os espaços de poder.	Renda mensal é essencial pois tem pessoas que não tem necessidade e pessoas que necessitam não possuem essa renda.	Grau de vulnerabilidade é importante, principalmente para mulheres.	Grau de vulnerabilidade em relação a mulheres pois há muitas mães solteiras, por exemplo.
Grau de vulnerabilidade dos jovens, que também serve de forma como incentivo pois na comunidade não tem muita oportunidade para os jovens.	A quantidade de número de membros na família e na comunidade é um critério que deve ser avaliado mas como forma conjunta de todos os critérios.	Renda mensal (para saber se a pessoa tem a necessidade e fará a ação).	Localidade (pra saber se a pessoa está morando e cuidando do local).
Ter o conhecimento do local, da área e ser influente.			

TEMA 2 – Áreas Prioritárias

Pergunta 1: Quais regiões do estado devem ser prioritárias para implementação do PSA?

Prioridade Manaus - 150 Igarapés - estão poluídos - descartes hospitalares. Metais pesados. Capital com mais de 1,5 de pessoas.

Nova Olinda do Norte, Altazes, Novo Airão. Água contaminada para beber. São obrigados a comprar água. Água da torneira dá muito verme e as pessoas adoecem. Em Manaus ainda tem água potável.

Rio Parauari. - garimpo. Dá dando doença pois atinge os igarapés. Estão fionas do Pau Rosa. A água lá está muito contaminada. As crianças e adultos estão passando muito mal.

Tanto as áreas do sul quanto das cidades devem ser contempladas. Início no interior, pois tem mais possibilidade de poluição para a cidade.

Prioridades nos onde as margens são habitadas. Trabalhar os flutuantes. Trânsito de embarcações nos rios que deixam poluição e garimpo no rio madeira. Minério. Prioridade nas bandas onde há garimpo e nas áreas de trânsito que vai da capital para o interior.

Na região de Manaus tem muito flutuantes e fábricas que deixam dejetos. Sobel - fábrica de papel (região - zona leste).

Fábricas margeiam os rios e igarapés. Jogam os resíduos e poluem os igarapés.

Todas as áreas são prioritárias, mas o impacto das áreas metropolitanas acabam indo para a área rural. Área metropolitana seria a prioridade.

Prioridades seriam as grandes capitais. Manaus tem palácios e grandes navios que encostam e jogam sujeira e vai para o interior. Praças de presidente figueiredo e atinge outras áreas menos favorecidas.

Prioridades seriam as grandes capitais. Manaus tem muitos habitantes.

Manaus é prioridade. Parintins também é importante pois tem uma das áreas mais puras do Amazonas.

Manaus é prioridade. Muitas áreas invadidas. Cada vez pessoas invadem mais por não ter onde morar. Muito impacto em Manaus. Não há coleta de lixo. Não tem saneamento básico. Distrito industrial tem várias empresas que descartam resíduos. Igarapés em torno de Manaus.

Região metropolitana de Manaus. Fábricas de plástico que poluem muito, respingam nas comunidades ribeirinhas que são os maiores prejudicados.

As duas regiões são prioritárias: Sul pelo desmatamento e Metropolitana para recuperação dos igarapés. Importante pensar em um plano para atender aos dois locais. Para decidir quais os locais prioritários temos que conversar com as pessoas do local.

Os programas precisam ser feitos com lideranças comunitárias.

Difícil saber o local prioritário, pois muitos locais precisam de apoio. Tem que fazer pesquisas nos locais. Conversar com as lideranças comunitárias.

As duas regiões precisam de apoio. Importante fazer estudos das áreas.

Importante priorizar as duas regiões.

As duas regiões são importantes, pois o desmatamento gera muitas perdas.

Uma das prioridades são os igarapés nas áreas urbanas. As duas regiões são relevantes.

Importante envolve os comunitários no monitoramento.

Em Maués o desmatamento está muito grande. Não só em área de reserva, mas em todo o Município. Desmatamento cresceu na área rural. Lixo está crescendo muito.

Em Maués a questão da pesca é muito importante, pois não tem muito manejo, estão utilizando arrastão e armas. Garimpo também está avançando no Rio Parauari.

Pergunta 2: Quais as categorias de áreas devem ser priorizadas?

Priorização em áreas urbanas, igarapés e nascentes. Situação muito crítica de poluição e eutrofização.	Revitalização dos igarapés. Os peixes não podem ser consumidos. Hospitais jogam. Manaus.	Todas as áreas do exemplo são importantes. Áreas urbanas, áreas de exclusão de pesca, igarapés.	Áreas de prática da piscicultura, não só em rio, mas em criadouros também. Para gerar economia para o Estado.
Pesca de subsistência, banho, consumo. Áreas onde Povos Indígenas e comunidades tradicionais. Áreas mais sensíveis por contaminação e doenças. Nas áreas urbanas ainda há água potável e as comunidades não tem alternativas.	Priorizar a conservação das nascentes. Áreas ainda limpas e boas do consumo, pois se não cuidar vai poluir. Perto do aeroporto, áreas de matas ainda são preservadas.	Áreas urbanas e rurais, mananciais, todos os exemplos são relevantes. Muita química na área de distrito industrial	Desafio técnico aos ribeirinhos para atuarem como guardiões das águas. A criação dos peixes no Amazonas é em águas, que muitas vezes podem até comprometer os igarapés. Importante dar apoio técnico e infraestrutura. Um exemplo é a piscicultura feita na Reserva Mamirauá.
Área metropolitana deve ser mais acolhida por um sistema melhor. Áreas urbanas. Muito invasão. Falta água. Pessoas sofrem. Governantes devem olhar mais para pessoas que realizam as invasões.	Priorizar os igarapés. Muitos desempregados que pescam e as pessoas se alimentam dos igarapés. Maior sonho que não sejam poluídos.	Difícil falar qual é o início. Todas deveriam ser priorizadas.	Importante focar na educação infantil e para os adultos em coleta seletiva.
Áreas urbanas - porto da cidade as pessoas jogam muito lixo. Quem está nascendo vai sofrer. Município de Maués.	Grupos de agentes ambientais para deixar a população em alerta para a preservação dos igarapés. Grupos que se unem para limpar o igarapé dos rios (igricena). Líderes comunitários.	Áreas sem interferência humana. Aumentar a segurança nas áreas que não são habitadas.	Áreas urbanas, pois muito detritos que vão para os rios saem dessas áreas. Compromete o uso dos rios para banho e para alimentação. Saneamento básico é o principal.
As áreas urbanas são priorizadas em muitos temas, mas não tem fiscalização. Deveria ter prioridade para as áreas rurais e para os igarapés.	Na área urbana, a questão do lixo é muito central nos igarapés.	Todas são prioridades. Começar com as áreas virgens. Mas todos são prioridades.	Importante ter incentivos para mudar o panorama nas áreas urbanas. Deveria haver incentivo principalmente quanto ao lixo, gerando renda com a reciclagem, por exemplo.
É importante olhar para o interior, pois contribui para o que chega nas cidades e já trabalham com a conservação.	Conscientização deve ser dentro de casa quanto ao uso da água.	Importante falar com as crianças e levar o debate escolas e faculdades.	Colocar nas rádios, nas comunidades, colocar placas. Fazer a divulgação. Importante trabalhar a divulgação e comunicação do projeto.

Pergunta 3: Em que momento as áreas devem ser priorizadas?

Desde o projeto. Pontapé inicial. Medidas compensatórias. Qualidade de vida das pessoas. A partir do projeto deve haver consentimento para entender a forma. Decretos e editais de forma geral e os projetos devem olhar para não prejudicar.

Devem priorizar nos projetos, pois nos decretos os debates são mais amplos. Nos projetos já haverá o mapeamento de onde será realizado. Todos pensam que deve ser nos projetos.

É importante prever as áreas prioritárias no decreto, para evitar que o projeto acabe com a troca de gestão.

Começar mais próximos as áreas de atuação.

Nos decretos. Lá devem ser indicadas as áreas urbanas. E nos editais indicam as localidades.

É importante delimitar locais, mas tem que ter flexibilidade para adicionar novas áreas no decorrer projeto.

Brasil muito lento para a execução das leis. Em Manaus tinha um projeto para tirar as pessoas dos igarapés e nunca foi executado. Maior problema é execução.

Em todos os momentos devem ser indicados para deixar bem claro para as pessoas.

Importante que o projeto continue mesmo que houver troca de gestão. Mas é importante ter flexibilidade para captar novas ideias que surgirem ao longo do tempo.

Tem tempo para envio de documentos, para aprovar. Documentos da associação - ata, quantos sócios, gênero, jovens, mais de 2 anos etc. Não têm retorno sobre o motivo por não passado no edital, incluir motivo quando não passa no edital.

É importante estar em decreto e prever as multas para ter mais eficiência. Deve ter regras e multas rigorosas.



TEMA 3 – Valoração dos serviços ambientais e repartição de benefícios

Pergunta 1: Quais critérios devem ser utilizados para valorar o pagamento pelos serviços hídricos?

Todos os critérios que constam na minuta são importantes e as metas também, tem que incluir todos esses que foram apresentados.	Todos os critérios exemplificados são importantes - povos indígenas, ribeirinhos. Área urbana: pessoas que moram na beira dos igarapés, palafitas.	Mulheres que muitas vezes não possuem emprego formal, por falta de oportunidade. Idosos que só recebem aposentadoria, o que não é suficiente. Todos os grupos vulneráveis.	Pessoas que moram afastadas da cidade e não tem emprego formal, que vivem de produção de farinha, artesanato e não tem ganhos fixos.
Todos os grupos vulneráveis são importantes: indígenas, mulheres que não possuem emprego formal. Cuidar deles é uma maneira de preservar a Natureza.	Áreas prioritárias são importantes.	Critério de liderança de comunidades, ex: o tio é cacique de comunidade, tanto na área urbana quanto rural.	Remuneração por conhecimento tradicional.
Pessoas que estejam em áreas prioritárias. Cobrar resultados maiores de quem esteja à frente. Líderes comunitários deve ser um critério.	Grande número de usuários de drogas, crimes em geral (aspecto urbano). Critério: envolvimento em práticas desportivas, critério social.	Quem mora em bairro violento como o Nossa Senhora de Fátima 1 e buracão do PCC.	Critério dentro de vulneráveis - mulheres, critério da juventude - preservar a Natureza - critério muito forte.
Cumprimento de metas e demonstração de resultados.	Difusão de conhecimento, difusão da importância do Projeto entre comunitários e jovens. O conhecimento deve chegar na base e nas famílias.	Prática de educação ambiental	Critério: foco na educação ambiental infantil, porque crianças são multiplicadoras de conhecimento.
Renda familiar, critério de liderança - ações pontuais - ex: professor que leva as pessoas para limpar os igarapés	Critérios não devem estar relacionados a faixas etárias, mas podem beneficiar pessoas que já possuem iniciativas.	Todos os critérios importantes - para os grupos vulneráveis - ênfase a questão da mãe solo.	Critérios: profissionais da área, agentes de saúde, para promover envolvimento, profissionais da educação, profissionais que trabalhem diretamente nos rios, comunidades e comunitários
Comunitários não têm renda fixa: extrativismo, turismo, pesca, sazonal.	Falta interesse e responsabilidade da área urbana.	Água e floresta são irmãs gêmeas, nossa floresta é uma usina de água. Integrar o plantio de árvores em matas ciliares como um critério.	A pessoa receber mudas em áreas impactadas. Fortalece, recupera e educa a população.
Área urbana tem mais impacto na área rural que o contrário. Nosso igarapés são jogados no rio Negro.	Tem que focar na área urbana que polui todo o rio Negro na região de Manaus.	Monetizar de acordo com cada área. Pessoas que estão próximas às águas precisam preservar aquele lugar até para não perder sua moradia.	De acordo com a área: É diferente de quem mora da cidade que polui a água.
Grau de impacto entre área mais preservada e área de vulnerabilidade do corpo hídrico, principalmente em área urbana.	De acordo com a realidade urbana que tem sua especificações e a realidade rural que tem outra realidade.	A dificuldade é um critério: tem áreas rurais que a depender da época da pra ir de carro e outras não.	Papel da mulher como provedora. Que esse recurso possa ser direcionado também às mulheres que são chefes de família.
Unificação de critérios para que haja união da área rural e urbana. Uma linguagem entre eles sobre ecologia e preservação.	Estar em uma área prioritária eu não concordo, todas as áreas são prioritárias para a conservação.	Essa forma de monetização precisa ser justa e por área não é. É muito relativa essa monetização e estamos sofrendo com as altas.	Uma "bolsa água" voltada as chefes de família que estão preservando. Critério com esse viés de gênero.
Temos que ter um critério de beneficiar quem faz e um critério de penalização quem polui. Tem que incentivar e conscientizar e depois cobrar.	Um transporte coletivo ou uma cesta básica pode ser uma monetização e estar numa área prioritária não deveria ser uma prioridade.	Grupos vulneráveis que estão próximos a igarapés devem sim ser um critério. É um grupo que tem que ser bastante olhado sim, estão ali num local inapropriado porque não tem para onde ir.	Incentivar quem mora em igarapés a executar ações de preservação. Tem que executar ações e se conscientizar.

Qual é a maior necessidade? A necessidade deveria ser um critério. Não existe área prioritária quando falamos em preservação, todos precisam ajudar.

Moro próxima ao igarapé, a chuva vem e vai trazendo todo o lixo e as pessoas perdem tudo. Muitas delas não tem condições. Esse deveria ser também um critério: a vulnerabilidade.

Quem mora perto do igarapé tem consciência ambiental sim, quem mora longe é que não tem. O que falta pra gente é condições e apoio.

Estar na área urbana e rural devem ser um critério igual. Nem todo mundo que mora na área rural preserva. E esses critérios devem ser rigorosos.

Tem que ter uma fiscalização dessa questão dos critérios, na parte mais vulnerável. Porque senão não vai dar certo. Tem que ter compromisso e fiscalização. Mesmo sendo em áreas prioritárias.

Concordo com todos os critérios que estão nos exemplo. Os ribeirinhos devem estar nesses grupos.

Pro meio ambiente, ninguém deveria receber, é obrigação de todos.

E toda ação social que seja voltada para o cuidado com o meio ambiente: poluição dos igarapés e tratamento de esgoto. Ações sociais com esse fim deveriam entrar no projeto.

Pessoas que ajudam os serviços hídricos, que estejam comprometidas. Os ribeirinhos são as pessoas que estão mais próximas de tudo e merecem uma atenção quanto aos pagamentos.

Muitos ribeirinhos não tem uma renda boa e precisam de um incentivo desses.



Pergunta 2: Quem atender mais critérios deverá receber mais benefícios?

Não acho interessante, pois todos são iguais.

Os critérios devem ser estabelecidos para ajudar a todos, sem distinção.

Quem atender mais critérios deve receber mais benefícios.

Considero interessante os critérios apontados para receber a mais quem está ajudando mais.

Penso que quem atender mais critérios deve ser mais remunerado.

Quem atende mais critérios deve receber mais. Gostaria que fosse proporcional ao que a pessoa ou comunidade podem trazer.

Todos neste grupo (5 pessoas) estão de acordo que quem atender mais critérios deverá receber mais benefícios.

Sim, com certeza tem que receber mais quem atende mais e se esforça mais.

Critérios não devem ser adotados, tenho medo dos critérios não serem coerentes com todos.

Se for critério de cargos, deva haver uma remuneração diferenciada.

Tem que ser igualitário pra todos.

Seria importante sim. Concordo com as faixas.

Pessoas que estão em situações vulneráveis devem receber mais do quem não está.

O critério inicial deve existir e a pessoa ao longo do projeto deve atingir metas para alcançar o valor total, como metas de melhorias. Metas de estímulo.

Para não ficar no "aconteça o que acontecer eu estou ganhando". Temos que engajar as pessoas na melhoria contínua.

Em aldeias indígenas muitos já estão cumprindo critérios ambientais e preservando. Por isso, é importante que eles sejam beneficiados por serem vulneráveis.

Um pessoa que mora longe (1 critério), é mulher (outro critério), realiza ações de preservação (1 critério) e isso deve ser somado sim.

Esses valores devem ser vistos em relação as funções e ações que ele/ela vai receber. Já que os critérios são bem diferentes em relação aos valores percentuais.

Quem atender mais critérios tem que ser mais remunerado com certeza. Isso é ser justo. Isso tem que ser levado a sério.

Quanto mais obrigação eu tenho com o meio ambiente, mais um contribuo com o meio ambiente e isso deve ser melhor remunerado sim.

Não é justo um receber é ser atuante na preservação e outros receberem o mesmo valor fazendo menos.

Os critérios podem ser uma forma de incentivar. Quem tem mais recebe mais. Se tem só um critério quem não tem consciência pode ganhar sem merecer. Por isso a fiscalização também é muito importante.

Os critérios podem fazer as pessoas se interessarem mais.

Seria injusto com quem faz mais pelo meio ambiente receber e outro ganhar nas costas dele. Deveria ser um percentual de acordo com o que está fazendo.

Essa porcentagem ficou legal. Não existe grupo, existe responsabilidade maior de cada uma. Tanto faz onde você está.

Se pagar de uma vez o valor integral as pessoas vão se desmotivar. Tem que começar com o percentual.

Independente de grupo social, deveria focar nas ações.

Faria 6 critérios, se a pessoa atende a 3 ganha 50% e se atende a todos, ganha 100%

Critérios está OK, mas os percentuais podem refletir de forma diferente em cada família. Acho que deveriam ter 2 percentuais, de 50% e de 100% por ser justo, para ajudar as famílias que necessitam.

Concordo com os critério de 50% e 100% aos invés da 4 faixas da proposta.

No lógico pra mim também seria isso, 50 a 100%, pensando nos ribeirinhos que tem mais necessidade e levam a sério a preservação do meio ambiente.



6.5. Partilha sobre os diálogos nos grupos

Após o *World Café*, o grupo retornou à sala principal para compartilhar impressões sobre os diálogos. As falas de destaque foram:

“Respondendo a indagação sobre ter mais reuniões, vocês podem contar com a gente para continuar esse diálogo, nesse momento só preparamos dois dias, mas queremos abrir mais espaços de participação e diálogos. Estamos sempre fazendo eventos não só da FAS, mas também o próprio governo do estado organiza fóruns para levar mais conhecimento e planos de ação. Convido vocês a seguirem as redes sociais da FAS para receber essas informações”.

“Eu fiquei muito satisfeito de participar dessa oficina. Eu nunca me senti tão ouvido, tão importante em trazer uma contribuição para a sociedade, porque são assuntos que a gente escuta desde pequeno, mas não leva a sério. Só levamos a sério quando a gente se depara com o problema. Os diálogos até me acionaram uns gatilhos de lembrança dos meus avós que falavam que tomavam banho nos igarapés. Como que queria viver isso. Imagine o giro de capital que isso poderia trazer para essa população pelo turismo nos igarapés. É um assunto muito bom e estou grato em ter participado e aprendido tanto com vocês”.

“Quem é de Manaus tem esses sonhos de tomar banho nos igarapés, meu sonho é tomar banho no Passeios do Mindu”.

“A gente nunca sentiu que a nossa opinião fosse tão importante como agora. De se importarem com o que a gente pensa, com o que a gente pode contribuir. Foi tão bom e tão intenso que isso poderia permanecer, até para que outros também possam contribuir. Porque outras pessoas podem ter também ideias incríveis pro projeto, para ele avançar. Sinto que quero me envolver mais e ajudar mais”.

“Na minha cidade tinha igarapé que se pescava peixe. Foi chegando casa, chegando casa e tudo se perdeu e agora estão poluídos.”

“Eu não poderia deixar de parabenizar todos que participaram disso, a FAS e a consultoria. Como é bom ouvir o povo, acredito que estamos fazendo história em nosso estado. Mobilizar pessoas no maior estado da federação é um desafio grandioso. Quando escuto nossos amigos dizer que esse diálogo deveria ficar como prática, eu até me emociono. Somos a maior bacia hidrográfica do mundo e como é bom ouvir a comunidade, pessoas que precisam de políticas públicas e levarei isso para o nosso secretário, mostrando como esse é um produto importante”.

"Queria agradecer por ter participado. Água é vida e nos sentimos importantes em dar nossa opinião. Parabéns para todos”.

6.6. Encerramento

Giovana Figueiredo, Coordenadora de Políticas Públicas da FAS, encerrou o evento dizendo:

“Deixo meu agradecimento para todos que participaram, porque foi uma oficina que as pessoas contribuíram para algo de muito impacto. E é importante saberem o tamanho do impacto e responsabilidade que vocês tiveram. Estamos muito acostumados a reclamar dos nossos governantes, a cobrar ações do nosso governo, não estamos acostumados a sentar e pensar em soluções para os problemas da nossa cidade, do nosso estado e é muito bom poder fazer parte da solução. O que estamos fazendo juntos aqui é sentar para pensar uma política pública que vai solucionar parte de um grande problema do nosso estado, que é a água. Uma política pública que vai trazer muitos ganhos efetivos para nossa comunidade amazonense.

Eu queria reforçar a importância de participar da política pública, porque ela não é só aquela coisa ruim que a gente vê na televisão. A política pode ser muito boa, ela deve e pode servir à população, servir a nós manauaras, vocês amazonenses. Tivemos pessoas de vários lugares aqui.

Quero deixar essa provocação de sermos mais participativos na nossa política. E quero agradecer por todo o conhecimento que vocês trouxeram pra gente aqui. Muito obrigada”.

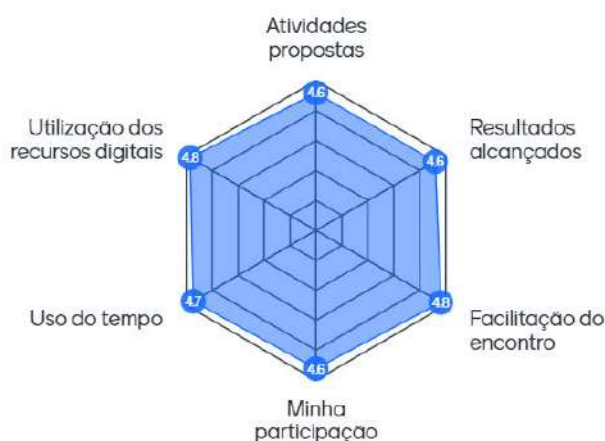
7. Avaliação da oficina

Ao final de cada evento, os participantes foram convidados a avaliar o encontro via *Mentimeter*. O resultado da avaliação foi:

Dia 1 – 23 de março de 2022

Avaliação do Encontro

Mentimeter



27

O que fez desse encontro um bom encontro?

Mentimeter



28

Dia 2 – 24 de março de 2022

Avaliação do Encontro

Mentimeter



O que fez desse encontro um bom encontro?

Mentimeter



8. Lista de presença

Mini Público:

Nº.	Nome	23/04	24/04
1	Alcione Meireles Rodrigues	X	X
2	Ananda Caroline	X	X
3	Carlos Alberto	X	X
4	Charles Ferreira	X	X
5	Cherlem	X	X
6	Daniel	X	X
7	Dieny Silva	X	X
8	Edoniete Ribeiro	X	
9	Eliane Alves	X	X
10	Evane	X	X
11	Fabiana de Oliveira	X	X
12	Felipe Taveira	X	X
13	Francisco Alves do Valle	X	X
14	Isaías dos Santos (Sema-AM)	X	X
15	Janaina		X
16	Karlos Eduardo Nogueira	X	X
17	Leo Cabral		X
18	Lidiane Nogueira	X	X
19	Lucas Vasconcelos	X	X
20	Marcos Paulo	X	X
21	Maria Itanilde	X	X
22	Milena Kokama	X	X
23	Pauliana Almeida	X	X
24	Raimundo Mariano	X	X

25	Rodrigo Eduardo		X
26	Rodrigo Franco		X
27	Suellen Baltazar	X	X
28	Thiago Soares		X

Equipe:

Nº.	Nome	Organização	23/04	24/03
1	Giovana Figueiredo	FAS	X	X
2	Fernanda Rotta	Rotta Moro	X	X
3	Carolina Moro	Rotta Moro	X	X
4	Marcela Michiles	Michiles e Huerb	X	X
5	Fernanda Império	Delibera	X	
6	Ingrid Silveira	Odara	X	X
7	Elaine Favero	Odara	X	X
8	Marcelle Silveira	Odara	X	X
9	Rayandra Araújo	FAS	X	X
10	Esther Éles	Rotta Moro	X	

A Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Fundada em 2008 e com sede em Manaus/AM, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) é uma organização da sociedade civil e sem fins lucrativos que dissemina e implementa conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável, contribuindo para a conservação da Amazônia.

A instituição atua com projetos voltados para educação, empreendedorismo, turismo sustentável, inovação, saúde e outras áreas prioritárias. Por meio da valorização da floresta em pé e de sua sociobiodiversidade, a FAS desenvolve trabalhos que promovem a melhoria da qualidade de vida de comunidades ribeirinhas, indígenas e periféricas da Amazônia.

Confira os programas da FAS:

Programa de Gestão e Transparência (PGT)	Por meio de mecanismos e instâncias de gestão, o PGT atua junto à comunidade interna, com planejamento e avaliação de resultados de programas e projetos.
Programa Floresta em Pé (PFP)	O PFP está focado em quatro ações estratégicas: geração de renda, empreendedorismo, infraestrutura e empoderamento comunitário.
Programa Saúde na Floresta (PSF)	Resultado de ações da Aliança Covid Amazônia, o PSF qualifica o acesso à saúde, com políticas públicas e capacitações de profissionais da área.
Programa de Educação para a Sustentabilidade (PES)	Os trabalhos do PES são voltados à formação de crianças e adolescentes, garantindo oportunidades para uma educação mais inclusiva e de qualidade.
Programa de Soluções Inovadoras (PSI)	Com base em tecnologias sociais e soluções para a sustentabilidade desenvolve-se o PSI, cujos trabalhos focam em parcerias técnicas em PD&I.
Programa de Empreendedorismo e Negócios Sustentáveis (Pensa)	O PENSA auxilia empreendedores de comunidades ribeirinhas e indígenas com incubadora, cursos, oficinas e consultorias para gerir negócios inovadores e acessar créditos.



Contato:

Manaus / Amazonas

Rua Álvaro Braga, 351 - Parque 10 de Novembro | CEP 69054-595 |
(92) 4009-8900 / 0800 722-6459

fas-amazonia.org



Rotta Moro
Assessoria jurídica ambiental

**Michiles
& Huerb**
ADVOCACIA AMBIENTAL

delibera

Coca-Cola
Brasil

Secretaria do
Meio Ambiente



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO